

ATA DA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 1º-7-2024.

Ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu-se, virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Everton Gimenis, Gilson Padeiro, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, José Freitas, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Fernanda Barth, Giovane Byl, Jessé Sangalli, Jonas Reis, Karen Santos e Mari Pimentel. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 026/24 (Processo nº 0412/24), de autoria de Jessé Sangalli; o Projeto de Lei do Legislativo nº 173/24 (Processo nº 0326/24), de autoria de Claudio Janta; o Projeto de Lei do Legislativo nº 200/24 (Processo nº 0410/24), de autoria de Mônica Leal; o Projeto de Lei do Legislativo nº 214/24 (Processo nº 0431/24), de autoria de Moisés Barboza; o Projeto de Lei do Legislativo nº 216/24 (Processo nº 0433/24), de autoria de Aírto Ferronato; o Projeto de Lei do Legislativo nº 221/24 (Processo nº 0453/24), de autoria de Hamilton Sossmeier; o Projeto de Lei do Legislativo nº 222/24 (Processo nº 0455/24), de autoria de Idenir Cecchim; o Projeto de Lei do Legislativo nº 223/24 (Processo nº 0457/24), de autoria de Gilson Padeiro; o Projeto de Lei do Legislativo nº 225/24 (Processo nº 0459/24), de autoria de Psicóloga Tanise Sabino; e o Projeto de Resolução nº 036/22 (Processo nº 0566/22), de autoria de Atena Roveda. Também, foram apregoados os seguintes Ofícios, do Prefeito: nºs 1837 e 1840/24, encaminhando o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 011/24 (Processo nº 0464/24) e o Projeto de Lei do Executivo nº 022/24 (Processo nº 0467/24), respectivamente. Ainda, foi apregoado o Ofício nº 1845/24, do Prefeito, encaminhando VETO PARCIAL ao Projeto de Lei do Legislativo nº 573/23 (Processo nº 0964/23), de autoria de José Freitas. Mauro Pinheiro, presidindo, comunicou que, por acordo entre os Líderes, se ingressaria imediatamente na Ordem do Dia. Às quatorze horas e trinta e nove minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi aprovado Requerimento verbal, formulado por Mauro Pinheiro, presidindo, solicitando que o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 009/24 (Processo nº 0443/24) fosse o primeiro a ser apreciado. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 009/24, após ser discutido por Moisés Barboza, Adeli Sell, Idenir Cecchim, Jonas Reis, Biga Pereira, Cláudia Araújo, Adeli Sell, este em tempo cedido por Aldacir Oliboni, Tiago Albrecht e Cassiá Carpes. Foi apregoada a Emenda nº 01, de autoria de Tiago Albrecht, Ramiro

Rosário, Alvoní Medina, José Freitas e Mari Pimentel, aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 009/24, bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes e sua votação em destaque. Foi apregoado Requerimento de autoria de Tiago Albrecht, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 009/24. Foi apregoada a Subemenda nº 01, de autoria de Roberto Robaina, à Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 009/24, bem como aprovado Requerimentos solicitando a dispensa do envio desta Subemenda às Comissões Permanentes e sua votação em destaque. Foi apregoada a Emenda nº 02, de autoria de Alvoní Medina, Tiago Albrecht, Ramiro Rosário e Mari Pimentel, bem como aprovado Requerimento solicitando dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 03, de autoria de Tiago Albrecht e Ramiro Rosário, aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 009/24, bem como aprovado Requerimentos solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes e sua votação em destaque. Foi apregoada a Emenda nº 04, de autoria de Idenir Cecchim, aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 009/24, bem como aprovado Requerimentos solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes e sua votação em destaque. Às quinze horas e quarenta e um minutos, foi encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 1ª sessão: o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 022/24; o Projeto de Lei do Executivo nº 021/24; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 287/22, 095, 109, 116, 198 e 219/24; e os Projetos de Resolução nºs 038 e 040/22, 038 e 044/24. Às quinze horas e quarenta e dois minutos, conforme deliberação do Colégio de Líderes, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente ata que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo Presidente e pelo 1º secretário.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Boa tarde.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Vamos começar. Só tem um pequeno detalhe que eu gostaria de ressaltar, de acordo com a Resolução, não serão aceitas presenças pelo *chat*, nem votos pelo *chat*; é com a câmera aberta e o áudio. Então, passamos à verificação de quórum. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, com vinte e quatro vereadores presentes, há quórum.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Queria fazer uma ponderação e um requerimento, Presidente. Eu gostaria que desse primeiro um esclarecimento em função da modificação do Regimento, de que *online* pode dar a presença, desde que mostre a carinha aqui, mas não pode encaminhar projetos de lei. Nesse sentido, eu não sei qual é o acordo que V. Exa. fez com os líderes, como será feita a sessão de hoje, se poderemos encaminhar os projetos, se poderemos debater ou não; senão, fica prejudicado. Por sua

vez, também peço o adiamento, em consideração ao nosso colega que fez a passagem, do meu projeto de lei para a próxima quarta-feira, mantendo esta ordem.

Vereador Aldo Borges (PSDB): Presidente, eu também quero pedir o adiamento do PLL nº 084/23, que seria o primeiro a ser votado hoje, para quarta-feira que vem. Até porque tem o povo da economia solidária que quer acompanhar a votação, já estava na outra sessão. Então, como vai ser *online*, eu prefiro assim.

Vereador Cláudio Conceição (UNIÃO): Presidente Mauro, também solicito o adiamento para a próxima sessão. O meu projeto era o segundo da ordem, se puder manter a ordem, agradeço.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Vereadores, como todos já devem saber, ocorreu o falecimento do ex-vereador Luiz Braz, que foi Presidente desta Casa, nós nem tínhamos... Foi pedido, com o direito que tem, para usar o plenário para o velório. Então, a família depois entrou em contato e disse que o corpo vai ser liberado a partir das 18h, e o velório será aqui no plenário da Câmara. Então, nós resolvemos fazer a sessão de forma *online* para não suspender e ter que fazer uma sessão extraordinária amanhã ou outra sessão extraordinária. Já estamos no dia 1º de julho e temos mais duas semanas até o recesso, sabemos que vários vereadores desejam votar seus projetos, e tem projetos também do Executivo. Então, a gente resolveu fazer de forma *online*, como realizamos diversas vezes durante a pandemia. O sistema de votação hoje, Ver. Oliboni, será como foi na pandemia, com direito a discutir, a encaminhar os projetos. O sistema é o mesmo de uma sessão presencial. A única diferença é que os vereadores, para dar presença, têm que falar ou têm que aparecer. O Ver. Cláudio Conceição falou que está com um problema com sua câmera, mas a gente conhece a voz dos vereadores. O vereador pode falar, e a gente vai identificando quem são os vereadores. Só não pode dar presença ou votar pelo *chat*. Pela voz, a gente reconhece os vereadores, para a gente não ter dúvida de que são os vereadores que estão participando. A intenção é de a gente tocar a nossa sessão de forma *online*, para não prejudicar o andamento dos trabalhos, e, em respeito ao Ver. Luiz Braz, a gente fazer até um pouco antes das 18h, pois depois, certamente, muitos dos vereadores passarão no plenário para se despedir do nosso ex-vereador e ex-colega Ver. Luiz Braz.

Vereador Cassiá Carpes (CIDADANIA): Presidente, dentro dessa circunstância lamentável, a perda de um ex-Presidente da Casa, meu ex-colega, ex-colega de muitos vereadores, eu não sei como a vice-líder do governo ou o líder do governo veem a possibilidade de votarmos hoje apenas o projeto do governo, devido à sua urgência, com a compreensão de todos, já que nós vamos ter que terminar antes. Essa seria uma sugestão.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Presidente, em homenagem ao nosso Ver. Luiz Braz e aos vereadores que também retiraram, eu queria propor que hoje a gente só discutisse o projeto do governo, e passaríamos a votação para quarta-feira. Seria uma maneira de todos nós homenagearmos o Luiz Braz.

Vereador Cassiá Carpes (CIDADANIA): Está bem, é isso aí.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Eu não ouvi a proposta do líder do governo, perdão.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Ver. Robaina, a ideia, a proposta do Ver. Cecchim foi que os vereadores retiraram os três projetos que estão na frente, só não foi retirado o do Ver. Giovani Culau. Eu não vi ainda a presença do Giovani Culau, mas a proposta do Ver. Cecchim é que a gente faça o nº 05, que é o Projeto de Lei Complementar do Executivo, que tem uma certa urgência, o do escritório de reconstrução, que a gente inicie a discussão, faça a discussão hoje e deixe para votar na quarta-feira.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Eu só queria propor que seja o encaminhamento de votação na quarta também. A discussão pode ser hoje, o encaminhamento na quarta, aí eu concordo com o Cecchim.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Só discutimos o projeto, terminamos a discussão, encerramos a discussão, e, na quarta-feira, faremos só os encaminhamentos e a votação do projeto.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Está *ok*.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): De acordo com o Ver. Robaina. O líder do governo concorda com isso: discute hoje, encaminha na quarta-feira e votação na quarta também. Estamos de acordo.

Vereador Hamilton Sossmeier (PODE): Sr. Presidente, eu e o Ver. Cecchim estamos no Grande Expediente hoje. Não sei se há acordo com o Ver. Cecchim de nós transferirmos o Grande Expediente, haja vista que hoje nós temos a sessão mais curta.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): De acordo também.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Então, se os vereadores concordam, fazemos um requerimento aqui para que nós passemos diretamente ao PLCE nº 009/24, que é o do governo, e abrimos a discussão, os vereadores discutem, encerramos a discussão e, em seguida, a gente encerra a sessão. Retornamos na quarta-feira para

encaminhar e votar o projeto do governo e depois seguimos a ordem dos projetos dos vereadores.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Presidente, eu só queria ver com o diretor legislativo se nós poderíamos apregoar os projetos que estão...

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Vou fazer o pregão agora, Ver. Cecchim, vou fazer o pregão em seguida.

Vereadora Comandante Nádia (PL): Presidente, só mais uma sugestão: que o período de Comunicações a gente deixe para a outra sessão, para que a gente possa utilizar, porque pela internet é tão complicado a gente poder falar. São seis hoje, deixar para a outra sessão.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Vamos ver se todos estamos sintonizados. Entraremos diretamente na Ordem do Dia, entraremos na discussão do projeto do governo, discute-se, se acham que ainda tem alguma emenda para colocar, coloca-se, vê-se antes de encerrar a discussão se tem alguma emenda para colocar, coloca, apregoa, aí encerra a discussão. Na quarta-feira, faremos os encaminhamentos e a votação do PLCE nº 009/24, que é o projeto do governo, que o governo tem urgência, votamos e depois seguimos a ordem que está aqui. Aí já entramos diretamente na Ordem do Dia, sem Comunicações, sem prejudicar os vereadores. Ficam para a próxima segunda-feira as Comunicações e o Grande Expediente.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Presidente, uma pergunta.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Pois não, vereador.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Se por acaso, vamos dar um exemplo, eu não discuta hoje...

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Ver. Pedro Ruas?

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Não discuta hoje, pode encaminhar na quarta-feira. É isso o que eu entendi.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Pode encaminhar na quarta.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Era isso.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): O encaminhamento na quarta-feira, certo.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Isso. Era isso? Tem acordo, líderes da oposição e do governo?

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Eu tenho acordo.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Presidente, eu farei o pregão e, depois, abrimos a Ordem do Dia.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Ok.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Talvez não precisamos nem votar aqueles requerimentos que os vereadores fizeram, Oliboni e o Conceição.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Alteramos a ordem, para que o quinto seja o primeiro.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Isso, depois, os outros ficam na ordem que estão para quarta-feira.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Exatamente.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obviamente depois da votação do projeto do governo.

Apregoo as proposições encaminhadas à Mesa que estão registradas no documento em anexo, o qual foi distribuído às Sras. Vereadoras e aos Srs. Vereadores por meio digital, nos grupos de comunicação por aplicativo de mensagens instantâneas integrados pelos parlamentares e por suas respectivas assessorias.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): (14h39min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Vereador Jonas Reis (PT): Luiz Afonso, ali na segunda chamada, no início da sessão, está constando como ausente, mas eu tinha dado presença ao final.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Vereador, as colunas são diferentes aqui. Deixa só eu explicar às Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores: tem várias colunas, e quem respondeu na segunda chamada está ali; quem chegou depois da segunda chamada, a presença está ali, vereador.

Vereador Jonas Reis (PT): Na segunda chamada eu estava ausente, estava olhando agora.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Está aqui a chamada da Ordem do Dia. Está aqui “presente durante a sessão”, significa que o senhor entrou antes da Ordem do Dia. Na coluna bem da direita: presente durante a sessão. É quem chegou depois das chamadas, mas deu presença.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): O que vale mesmo é a chamada da Ordem do Dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): É a chamada para a Ordem do Dia. A presença é verificada pela chamada da Ordem do Dia.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação requerimento desta presidência solicitando a alteração da ordem de priorização de votação da Ordem do Dia para que o primeiro projeto a ser apreciado seja o nº 05 da priorização, PLCE nº 009/24, que é o projeto do Executivo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Gilson Padeiro (PSDB): Não sei se a minha presença foi registrada.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Está bem, registramos a sua presença.

Vereador Pablo Melo (MDB): Não sei se a minha presença entrou também.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Ver. Pablo Melo, presente.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0443/24 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 009/24, que institui o Programa Porto Alegre Forte, cria o Escritório de Reconstrução e Adaptação Climática de Porto Alegre, o Fundo Municipal de Reconstrução e Adaptação Climática (FMRAC), e, em caráter excepcional e temporário, os Cargos em Comissão

que especifica e inclui o art. 1º-A na Lei nº 10.087, de 6 de novembro de 2006. (SEI 118.00516/2024-11)

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, CECE, CEDECONDH e COSMAM**. Relatora-Geral Ver^a Cláudia Araújo: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 01-07-24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em discussão o [PLCE nº 009/24](#). (Pausa.) O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Apenas para deixar claro que a criação do escritório e do programa são extremamente importantes para a cidade reagir, qualquer gestão necessita. A gente acompanhou a apresentação lá na PUC, na figura do secretário Germano, que é um belíssimo quadro técnico. O PSDB também criou, no Estado, o governador Eduardo Leite, para enfrentar essa situação toda. Então, só para publicamente dizer que somos favoráveis, até por coerência. O nosso governo do Estado do Rio Grande do Sul vem enfrentando de forma multiplicada, porque a responsabilidade não é apenas em uma cidade, mas são várias. Então, sem sombra de dúvida, sou favorável e, neste momento de discussão, é importante a gente compreender o tamanho do desafio de qualquer gestor público que tem a tarefa e que certamente é muito difícil de ser enfrentado. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Obrigado, Ver. Moisés. Lembrando aos vereadores que quiserem colocar alguma emenda, tem que colocar agora durante o período da discussão. Depois, antes de encerrar, Dr. Luiz Afonso, é importante nós correremos a Pauta, pois tem um projeto que está na Pauta e que nós não corremos essa Pauta no início. O projeto que trata das emendas impositivas é importante para todos os vereadores. Depois de encerrarmos a Ordem do Dia, corremos a Pauta, ou talvez, se for necessário, fazemos uma extraordinária para correr duas pautas?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sim.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLCE nº 009/24.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Colega Mauro Pinheiro, colegas vereadores e vereadoras; eu quero me insurgir, não contra a ideia da criação de um grupo especial de um comitê de crise. Eu quero me insurgir contra o modo que este governo municipal está tratando a questão da catástrofe das enchentes de maio e as decorrências do mês de junho; já estamos entrando no mês de julho. Na primeira reunião que tivemos no Hotel Embaixador, propusemos um fundo municipal, mas naquele momento o que contava era o Pix, tudo era Pix, Pix e Pix. Até hoje, nós não tivemos quaisquer prestações de contas dos recursos que caíram no tal do Pix. Nós não tivemos quaisquer, mas absolutamente quaisquer prestações de contas das cestas básicas, e, para nosso impacto, depois de ver brigas no plenário entre a base do governo, um acusando o outro de distribuição de cestas básicas por cabos eleitorais. Não fui eu que disse isso, eu ouvi isso no plenário da própria base do governo. Essas cestas básicas vieram da Conab, do governo federal. Tudo que vem do governo federal, a Prefeitura omite vergonhosamente, quando não mente. Então, não esperem um voto deste vereador nesse tipo de procedimento. Podem cantar loas, podem bater tambor, podem cantar o hino rio-grandense, porque nessa façanha esdrúxula eu não entrarei, não entrarei. Nem me peçam para ficar debatendo, como se chimango ou maragato fosse, esse tema, porque ele não se sustenta na prática. Vai se sustentar pela força da maioria da base do governo, pela burocracia estatal. Colocar o senhor – e pela primeira vez vou começar agora a tratar assim – Germano Bremm, secretário do Marchezan, secretário do governo Melo, um sujeito que tem vários processos contra ele por emitir licenças completamente fora de qualquer normalidade jurídica. Vocês viram há poucos dias uma obra que foi cancelada por ele ser interrompida em Porto Alegre; tem um processo que foi judicializado, e, na área cível a licença dele foi para o bebeléu. O sujeito que ilegalmente construía seis andares na Chácara das Pedras e teve que refazer uma construção que foi abalroada e que derrubou uma piscina de um vizinho. Isso é omitido em qualquer debate, e a mídia local não diz absolutamente nada sobre isso. A obra da Rua Professor Álvaro Alvim tem vários processos, não só meus; é uma obra ilegal. Na minha opinião, comete-se dois crimes ambientais: um, mexer na pedreira; dois, tirar uma área de mata. Isso que nem vou falar que, na minha opinião, a forma como está sendo feita a obra também não é legal. Então, o governo vem com essa fúria legiferante impondo a nós, vereadores, os seus desígnios. Nós vamos nos opor. Eu sei que a repercussão da nossa fala aqui neste plenário tem pouca repercussão, mas nós tentaremos usar todos os meios possíveis, e os nossos meios sempre são legais, de nos opormos a esse projeto de lei. Vou votar contra e vou divulgar meu voto amplamente contrário a essa barbaridade que querem fazer.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Mais nenhum vereador se inscreve?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Entrou uma subemenda, Presidente, vamos aguardar um pouquinho para eu poder apregoar. Nós

pedimos que o Ver. Roberto Robaina assine a subemenda. O bloco já está aberto, é o Bloco nº 9.419.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Temos uma emenda também da liderança do governo, não sei se já chegou. É de hoje.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Então temos que aguardar.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Está bem. Estamos apregoando agora uma emenda estabelecendo que, mesmo acumulando essas gratificações, o limite será o teto do prefeito, ou seja, o valor líquido de quem trabalhará lá ficará ao redor dos R\$ 14 mil. Acho que isso atende um pouquinho à emenda do Ver. Ramiro Rosário e do Ver. Tiago Albrecht.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Vamos registrar a presença do Ver. Tiago Albrecht.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Já foi protocolada, diretor Luiz Afonso, a emenda do governo?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O pessoal está olhando aqui.

Apregoo a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLCE nº 009/24, de autoria do Ver. Roberto Robaina, líder da oposição.

Ver. Cecchim, o setor de Registro está me avisando que não identificou ainda a chegada da emenda.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLCE nº 009/24.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Eu estava escutando atentamente o Ver. Adeli Sell; parece que ele tem uma pendenga particular com o secretário Bremm. Acho que ele é um dos secretários mais queridos da cidade, não é dos grandes construtores não, é de quem precisa da licença para fazer sua casa, de quem precisa fazer uma reforma. É um secretário que atende às demandas da cidade. Eu respeito as demandas do Ver. Adeli Sell, que, na maioria das vezes, são ideológicas, e eu tenho que respeitar a ideologia de cada um, respeito a do Ver. Adeli Sell também. Mas o voto que ele quer divulgar para todo mundo, eu mesmo vou ajudar a divulgar, vou ajudar a divulgar o voto do Ver. Adeli Sell, ele quer divulgar para muita gente. Aos poucos contatos que tenho, farei a divulgação do voto do Ver. Adeli Sell contra a estruturação do escritório para a recuperação de Porto Alegre. O governo federal fez um ministério, veja

bem, um ministério onde conseguiu contratar pessoas importantíssimas deste Estado, como o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Maia; o deputado Zulke, Zuanazzi; o nosso colega, Ver. Comassetto, que está nesse ministério criado pelo Presidente Lula, com o ministro Pimenta. Eu não vou fazer torcida contra o Pimenta, eu vou torcer para que ele consiga arrancar do Presidente da República as promessas que o Presidente fez. Eu acredito que o ministro Pimenta vai conseguir. É um ministro próximo do Presidente Lula, muito próximo do Presidente Lula, é um ministro gaúcho; eu tenho certeza de que ele vai insistir para que as promessas sejam cumpridas, e não tem mistério nisso tudo, Ver. Adeli Sell. As promessas, o dinheiro que chega – o dinheiro que chegou, é claro – não tem problema nenhum de divulgar; é dinheiro, até agora, da população, dinheiro dos trabalhadores, através do Fundo de Garantia. Imagina só, antecipação da restituição do Imposto de Renda; isso não é dinheiro do governo, é da população, é daqueles que já pagaram. A União está devolvendo esse dinheiro; então, não cabe a nós aqui fazer disputa se veio ou não veio. A matemática dia que dois mais dois são quatro, não seis; só dá seis para aqueles que querem maquiagem. Para nós, ainda dois mais dois são quatro. Então, Ver. Adeli Sell, com todo respeito que tenho por sua pessoa, pelo seu mandato, enfim, pela nossa amizade, eu acho que não vale a pena ficar brigando com o secretário, não vale a pena se desgastar para dizer que veio ou que não veio o dinheiro. É só nós olharmos a tabuada: quanto é dois vezes dois, quanto é três vezes cinco; tabuada é boa para todos nós, porque ela não mente, a tabuada é exata. E nós vamos tentar fazer aqui uma coisa exata, sem brigas, sem disputas, sem nada.

Quanto ao seu voto em relação a essa estrutura, essa pequena estrutura que a Prefeitura está montando, veja a diferença de um ministério: o ministério traça as políticas e tenta cobrar as promessas; aqui na Prefeitura, o escritório tem que ir e fazer na ponta, saber como será feita uma proteção, saber como se vai fazer para que não haja mais calamidade. Então, vamos ficar apenas com a realidade. Eu tenho certeza, vereadores, cada um vota com a sua consciência, cada um põe, ou faz, ou apresenta uma emenda que achar que pode ser viável, e vamos para a votação com toda a tranquilidade. Espero sinceramente que se faça essa estrutura no Município; ela é bem mais leve, posso garantir, do que as estruturas feitas pelo governo federal. Muito obrigado.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Tiago Albrecht presente, Presidente.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Só aviso, Ver. Cecchim, que a emenda já chegou e está sendo processada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Ver. Jonas, vai falar, vereador?

Vereador Jonas Reis (PT): V. Exa. quer que eu fale, Presidente?

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Claro! Povo de Porto Alegre!

Vereador João Bosco Vaz (PDT): Nós sentimos a tua falta!

Vereador Jonas Reis (PT): Obrigado, João Bosco, um abraço ao amigo. Vai jogar ou não?

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Esse seu cachecol está muito bonito, Jonas. Olha...

Vereador Jonas Reis (PT): Vamos nos esquentar!

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Estamos precisando. Você é jovem, você não sente frio. O problema são os velhinhos, como eu e o João Bosco, aí sentimos frio até com 15 graus!

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): É o Cassiá que já passou dos 70, eu não...

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Diretor legislativo, temos que aguardar, não é?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Só um pouquinho, a emenda já está assinada, já está sendo mandada para o pregão.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLCE nº 009/24.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado, Presidente, pela palavra. Eu estava acompanhando a sessão, e nós já vimos do que é feito o governo Melo. O governo Melo é feito de cabide de empregos, um governo cheio de CCs, que não conseguiu preparar a cidade contra o alagamento que aconteceu agora no mês de maio, tendo tido já um alagamento em setembro do ano passado, que sinalizou os problemas nas comportas, sinalizou o problema nas casas de bombas, sinalizou os problemas que a cidade iria viver se viesse algo pior, e pagaram para ver; veio algo pior. E agora, não é em maio, é agora, eles propõem uma estrutura para buscar reconstruir a cidade, mas agora, no apagar de luz do governo. Por que ele não fez isso no início de maio? Inclusive, nós olhamos... Agora eles estão pensando para ver como faz com o lixo, e a própria empresa que eles contrataram abandonou. Então, não é uma coisa pequena; é um misto de muitas ações de incompetência declarada. E eu ouço o governo dizendo: “Olha, parece que tem um problema pessoal do Ver. Adeli, do PT, com o secretário”. Não há nenhum problema de ordem pessoal; nós trabalhamos com problema de ordem governamental. O problema é que tem incompetentes nomeados pelo prefeito, que também não têm competência nem para nomear pessoas que saibam tecnicamente como fazer a política pública acontecer.

Qual é o grande problema desse projeto? Ele não prevê exatamente cargos de funcionários que vão ajudar a manter a cidade e melhorar aquilo que está ruim. Eles estão propondo mais CCs, cargos comissionados, indicados políticos na porta da eleição. Olha que coisa barbada, o dia de hoje, na porta da eleição, cria cargos para políticos. É isso o que vocês estão fazendo, e é contra isso que a gente luta, porque nós queremos servidores de carreira – arquitetos, engenheiros – não têm essa proposição. Sucatearam o Departamento Municipal de Água e Esgoto, está aí o resultado, está aí o resultado que todo mundo está colhendo: perderam móveis, perderam residências. E agora tem que vir o governo federal com dinheiro para acudir a Prefeitura? Não tem um santo dia que o prefeito não peça dinheiro para alguém e não preste contas, como até agora nós não temos prestação de contas das vaquinhas. É o governo das vaquinhas. E foi falado aqui: o governo não falou, não explicou, e foi cobrado; as cestas básicas não são cobradas por este vereador, os próprios vereadores da base do governo já cobraram, mas parece que, para isso, alguns membros do governo são surdos, eles não ouvem. Então, eu diria que é um governo com uma audição muito seletiva, ele ouve só aquilo que quer, só aquilo que acalenta o seu coração, que é garantir mais CCs, colocar mais gente, gente competente, como tem colocado, três anos e meio de tanta gente competente, tanta gente assim, que sabe o que faz. Gente que vê a enchente acontecer em setembro e fica lá, de braços cruzados, porque sua competência permite isso, de braços cruzados, até vir a enchente de maio e levar a vida das pessoas, levar os móveis das pessoas, levar as residências das pessoas. E aí vem o grande milagre, que não veio em maio com a enchente, veio depois de dois meses: uma proposta de um escritório de reconstrução. Eu queria dizer aqui, deixar registrado nas notas taquigráficas, a minha admiração imensa por esses membros do governo, pela sua competência bárbara; porque não tem, não tem. Podem procurar em quaisquer municípios do Rio Grande do Sul, não tem uma legião de pessoas mais competentes para destruir a máquina pública como esses que estão no governo Melo. Eles preparam o território, deixam um território de guerra, depois eles vêm com o milagre da solução, que é mais CCs. Então eles botam um monte de CCs, desmontando a estrutura pública, sequestrando para os partidos, para os interesses privados, e depois eles trazem o quê? A sua grande proposta, que é o quê? Não é reconstruir a estrutura pública, é colocar mais CCs. Então eu quero bater palmas para vocês, porque não têm ninguém que supere vocês na capacidade de fazer do limão uma limonada, de fazer desse problema social, que agora deveria receber mais pessoas sérias, concursadas, que pudessem desempenhar tarefas de reconstrução... Vocês vão lá e vão dar um jeito de botar mais políticos. Não basta o escândalo da Educação, não basta a prisão da secretária de Educação, a prisão do empresário, a prisão das assessoras da secretária; parece que vocês querem cada vez mais políticos, cada vez mais partidos, cada vez mais pessoas que passam pela Prefeitura e não as pessoas que ficam. Então, eu simplesmente digo assim: Porto Alegre está vivendo o pior ciclo de políticas nefastas, que é o desmonte da estrutura pública. Sinceramente, vocês deveriam recompor os sentidos da boa política, da boa discussão coletiva, de ouvir os projetos indicativos desta Câmara de Vereadores. Eu mandei vários projetos indicativos que estão na gaveta do prefeito e ele não desenvolveu, e um deles, por

exemplo, era sobre macrodrenagem. Eu apontei há três anos o que deveria ser feito lá na Vila Farrapos, na Arena – e está na gaveta, não foi mexido. Nem o diretor antigo do DMAE, nem esse que está lá – aliás, esse que está lá não sabe nada de saneamento; ele veio de uma empresa que fazia salsichas, essa é a história dele. Então, bota uma pessoa assim, sem conhecer saneamento para dirigir, só poderia dar errado. Nada contra. Acho que as pessoas podem trabalhar em quaisquer setores, mas têm que ter um conhecimento prévio. Ele vem de uma indústria de salsichas para trabalhar no Departamento de Água e Esgotos; só poderia terminar em alagamento. Nós precisávamos de gente que entendesse de encanamentos, entendesse de saneamento, de água, de esgoto. Eu não vejo semelhança nenhuma nessas duas áreas, são duas áreas totalmente diferentes. Mas é assim que o governo compõe, ele vai lá e pinça a pessoa da indústria de salsichas e bota no DMAE. Então, é muito complicado isso tudo, é muito triste o que a gente vive. Eu, como o PT, não vou votar favoravelmente a esse projeto.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para discutir o PLCE nº 009/24.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Boa tarde, Presidente, eu me inscrevi primeiro para dizer que o dia que eu morrer, eu não quero nem choro, nem vela, mas eu quero que decrete o luto e não tenha sessão, gente, pelo amor de Deus! Está bem? Fica aqui o meu pedido registrado nos Anais, porque eu acho que um vereador que foi Presidente desta Casa por duas vezes, no mínimo, mereceria o nosso respeito de não ter tido, ter decretado aqui o luto, e não ter tido a nossa sessão. Mas os interesses do governo Melo são maiores do que o respeito. Há uma tradição nossa de respeitar os nossos líderes e homenageá-los quando se vão. De qualquer forma, a sessão está acontecendo, eu estou aqui presente e gostaria de dizer que esse projeto que nos foi apresentado... Aliás, ele foi apresentado lá na PUC – o Melo gosta muito lá da PUC, né? –, ele anunciou no dia 19 como um grande plano para o futuro de nossa cidade, uma Porto Alegre Forte, um plano forte. Para mim, é fraco, muito fraco, não tem nada de forte. Por quê? Porque ele de novo vem com improviso, que foi o tom que Melo deu desde o início dessa situação das enchentes, sempre improvisando. Uma coisa de cada vez, né? Jack, então vamos por partes. Tu não organizas a coisa com os planos que dê conta de verdade de uma reconstrução geral. Então, vamos lá. Cria-se um escritório de adaptação à nova realidade climática. Legal, só que tem detalhes, gente, e vamos a eles: em primeiro lugar, o escritório será liderado nada mais, nada menos do que pelo secretário de Meio Ambiente. Oi? Esse secretário foi justamente um dos responsáveis, ou digamos irresponsáveis, quando deixou que o nosso sistema de proteção ficasse sem manutenção alguma. Que deixasse que esta Casa votasse o orçamento que chegou aqui no final do ano passado e que não tinha nada de investimento na questão climática, a questão do meio ambiente, da prevenção de enchentes. R\$ 4 mil, né, gente? Nós até oferecemos uma emenda substancial, mas vocês, a base governista, rejeitaram. Então, acaba que esse escritório serve muito mais aos interesses empresariais, especialmente ao setor imobiliário do que,

de verdade, ao meio ambiente. São os amiguinhos de Ricardo Gomes. Vejam bem, são esses os interesses que diminuíram a capacidade de ação estatal de Porto Alegre, que agora, durante a catástrofe, mostrou o grande erro. O prefeito quer cometer o mesmo erro? Colocar na mão dos interesses privados as soluções para a reconstrução de Porto Alegre, é isso? Que escrachem então essa situação, que é Ricardo Gomes que está comandando a cidade a partir das suas relações com o Brasil Paralelo. Quero dizer mais, vocês sabem das nossas propostas e do quanto nós lutamos nesta Casa para aprovar emendas que dessem conta de verdade de ajudar o nosso povo, e tem algumas que nós aprovamos, gente, aprovamos com todos vocês. Nós aprovamos benefícios, porém com este plano aqui, desse escritório, que é essa parceria com a iniciativa privada, eles não serão executados, não de forma integral. Então, por mais que esteja no plano que o prefeito promete que terá um investimento, que terá monitoramento ambiental, o orçamento que nós já tínhamos votado vai, na prática, diminuir ainda mais esse investimento. Querem aqui comparar esse escritório com o Ministério Extraordinário que o governo federal criou é, no mínimo, um deboche, né, gente. Um escritório que foi criado, esse Ministério Extraordinário no Rio Grande do Sul, para atender todo o Estado, absolutamente todo o Estado de todas as catástrofes em todas as regiões, como na Metropolitana, como no Vale, especialmente no Vale do Taquari, e tem 10 pessoas. Aí Porto Alegre cria um somente para a cidade de Porto Alegre, com 12, com CC gordinho, e ali é só o início, são quase R\$ 2 milhões, porque depois vêm os penduricalhos, FG ali, FG acolá, mais alguma ajuda de custo, mais alguns assessores, algum aluguel de alguma sala em especial em que os agentes deem conta, pelo menos, para receber o Instituto Cultural Floresta, pelo menos, ou receber a Goldsztein, a Cyrela ou quem sabe a Melnick... Não vai poder receber nesses escritorzinhos, né, tem que ter aparato todo de um espaço físico bonito para receber esses grandes empresários, afinal de contas, são eles os donos da cidade. Então, vamos lá, vamos receber o Gerdau, os amigos, não é? Aí precisa, então, alugar alguma coisa assim que dê uma condição física para esse escritório funcionar. Por tudo isso, eu quero dizer que é mais um engodo que chega nesta Casa com uma proposta singela, como se fosse um escritório que vai planejar, organizar, elaborar, porque todos esses verbos estão ali na justificativa, qual é o objetivo desse escritório. Esse escritório, gente, só com 12 pessoas, é um escritório singelo. Não, não é! Isso é um engodo, isso é cortina de fumaça, e isso é o que querem vender para nós, para a população, mas, na verdade, é, sim, a relação mais estreita ainda com a iniciativa privada, para terceirizar a Prefeitura. Eu termino dizendo que essa composição que está hoje no governo municipal, que já há muito tempo abriu mão de liderar a nossa cidade, de governar a nossa cidade, ficou, ao longo desses três anos e meio, fazendo uma zeladoria. Nós não elegemos um zelador, tampouco um síndico, nós elegemos um prefeito. Se esse prefeito está abrindo mão de dirigir, articular, comandar esta cidade e entregar para a iniciativa privada, pois que saia. Nós queremos estar na Prefeitura e lutaremos para estar. Muito obrigada.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): A Ver.^a Biga está sendo injusta com o Gerdau. O Gerdau sempre foi um dos que patrocinaram a Manuela, um dos primeiros. Ele é um democrata, ajuda a direita, ajuda a esquerda.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Obrigado, Ver. Cecchim. A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para discutir o PLCE nº 009/24.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Eu não ia falar, mas eu vou me manifestar com a fala do Ver. Jonas Reis, quando ele fala que nós devíamos ter feito um projeto em maio, início de maio. Início de maio, tudo começou, a enchente começou no início de maio, e nós estávamos todos voltados para salvar vidas, salvar animais, acolher pessoas. Como é que nós íamos fazer projeto para criar uma secretaria de reconstrução de uma cidade que ainda não estava destruída? Sinceramente, não consigo entender, tem umas coisas assim que fogem ao meu entendimento. Então é muita demagogia, muita fala por falar. Quando falam na criação de uma secretaria com cargos, que é um cabide de empregos, que é isso, que é aquilo, como disse o Ver. Cecchim, o governo federal também criou uma secretaria, aliás, um ministério, com o ministro Pimenta trabalhando, e o salário do ministro paga o salário de todos aqueles que nós vamos trazer para essa secretaria para revitalizar, para reconstruir a nossa cidade de Porto Alegre. Então, é uma demagogia que me deixa muito triste, quando a gente pensa só em prejudicar o outro e não realmente na cidade de Porto Alegre, que precisa de todos, precisa muito de todos nós neste momento. Então, Ver. Jonas, eu acho que o senhor tinha que botar toda essa sua energia que o senhor tem para falar mal do prefeito em buscar recurso junto ao governo federal para que a gente realmente possa fazer, porque tudo aquilo que o governo federal diz que está nos entregando, não está chegando. Muito pouco do que está sendo falado... Pode fazer o L, não tem problema, manda o L trazer dinheiro para nós, que isso vai reconstruir a nossa cidade. Muito obrigada.

Vereador Jonas Reis (PT): Ver.^a Cláudia, não tenho nada pessoal contra V. Exa., desejo um bom trabalho para V. Exa. sempre.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Nem eu contra o senhor, só da sua fala que, às vezes, o senhor fala coisas que não são verdade.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Vou pedir a compreensão dos vereadores, vamos usar o tema de inscrição. Mais algum vereador se inscreve? (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria dos vereadores Tiago Albrecht, Ramiro Rosário, Alvoni Medina, José Freitas e Mari Pimentel ao PLCE nº 009/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Tiago Albrecht, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLCE nº 009/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Tiago Albrecht, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 01 ao PLCE nº 009/24.

Apregoo a Subemenda nº 01, de autoria do Ver. Roberto Robaina, à Emenda nº 01 ao PLCE nº 009/24.

Vereador Adeli Sell (PT): Presidente Mauro Pinheiro, por favor, o Ver. Oliboni cede o seu tempo para mim.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Só um momento, vereador, vou terminar o pregoão.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina solicitando dispensa do envio da Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLCE nº 009/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLCE nº 009/24.

Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Alvoní Medina, do Ver. José Freitas, do Ver. Tiago Albrecht, do Ver. Ramiro Rosário e da Ver.^a Mari Pimentel, ao PLCE nº 009/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLCE nº 009/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Tiago Albrecht e do Ver. Ramiro Rosário, ao PLCE nº 009/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 03 ao PLCE nº 009/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Tiago Albrecht, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 03 ao PLCE nº 009/24.

Apregoo a Emenda nº 04, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, ao PLCE nº 009/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 04 ao PLCE nº 009/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 04 ao PLCE nº 009/24.

Eram essas as matérias a serem apregoadas, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLCE nº 009/24, por cedência de tempo do Ver. Aldacir Oliboni.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Obrigado, Ver. Mauro Pinheiro, quero agradecer ao meu colega, Ver. Aldacir Oliboni, pela cedência do tempo. Quero explicar para as pessoas e para os meus nobres pares que o governo federal, o governo da União está localizado em Brasília, e sempre que tem algum problema localizado num estado, numa região, os ministros, os diretores precisam se deslocar. No Rio Grande do Sul, não há um escritório do governo federal. Dado ao problema climático que nós tivemos, as enchentes de maio e que vieram depois dos vários incidentes meteorológicos que nós tivemos já no ano passado, em setembro, novembro, 16 para 17 de janeiro, vimos a necessidade de nós termos um ministério extraordinário na capital dos gaúchos para atender quase que a totalidade dos municípios do Rio Grande do Sul. A Região Metropolitana foi totalmente atingida, o Vale do Taquari, a serra gaúcha de uma forma mais evidente, mais tenebrosa, eu diria. Nós montamos uma estrutura mínima, utilizando um espaço público que é do Banco do Brasil, sem precisar pagar aluguel, nós não estamos nos opondo a um escritório, nós estamos nos opondo à estrutura do escritório, com um monte de CCs e um monte de benefícios para completar o mesmo salário do prefeito municipal. Ora, isso que é o centro da questão. E outra questão é o fundo. Quando nós propusemos o fundo, era da oposição, aí não valia. Aí o que valia era o Pix. Era Pix, Pix e Pix. Eu vou insistir nessa barbaridade que foi feita no governo do Estado e no governo municipal, afora outros picaretas por aí pedindo dinheiro e não deram quaisquer ajudas. Quando nós colocamos a questão das cestas básicas, levantada não por nós, mas por membros do governo, agora todos estão quietos, não falam absolutamente de nada. Nada, nada, nada sobre a distribuição das cestas básicas. Inclusive nós vamos verificar isso, e

não é com governo municipal, mas na Central de Recebimento, lá na antiga CEEE, estariam produtos já se deteriorando. Nós queríamos, inclusive hoje, se tivesse reunião presencial, eu ia propor, vou propor na quarta-feira, uma comissão emergencial para fazer uma visita a esse local, para que nada se perca, porque as pessoas têm necessidades. Nós temos um gravíssimo amargo regresso das pessoas. As pessoas vão para as suas casas e não encontram nada, mas todos os municípios que fizeram o dever de casa, fazendo os cadastros, 48 horas depois que chegar em Brasília, as pessoas têm R\$ 5,1 mil na sua conta, pela Caixa Econômica Federal. Aqui em Porto Alegre demorou, mas não é por culpa da Caixa Econômica Federal, não é por culpa do governo federal; é por culpa do governo municipal, do senhor Sebastião Melo, do senhor Ricardo Gomes e do senhor Germano Bremm. Por que é que eu coloco o Germano Bremm? Eu não tenho nenhum problema pessoal com ele, sempre me dei muito bem com ele, só que, ultimamente, para todas as questões para as quais nós temos solicitado qualquer coisa não há resposta. Nós fomos obrigados a judicializar, o povo está judicializando. Não somos nós que colocamos na mídia a derrubada das árvores lá na Rua Eça de Queiroz. Sim, quem viu pela primeira vez o problema da Rua Álvaro Alvim, onde era o Hospital da ULBRA? Sim, nesse caso, eu fui o primeiro e tem processo no Ministério Público e no Tribunal de Contas. E não vai ficar assim; é uma obra criminosa. Eu estou dizendo isso. Não posso aceitar que alguém que foi do governo *Marchezan*, contra o qual o prefeito Sebastião Melo se insurgiu, seja o principal secretário da sua pasta. Alguma coisa deve estar errada. Não pode estar certo, e o povo tem que saber: *Germano Bremm* foi o principal articulador das políticas de *Nelson Marchezan*; hoje é o grande chefe das políticas de Sebastião Melo. Nisso tem que ter alguma coisa errada, não tem que ter? É óbvio que há alguma coisa errada. Por isso que eu me insurjo. Pode divulgar que eu votei contra o escritório de reconstrução, porque o trabalho de reconstrução será feito de baixo para cima e, inclusive, em muitos momentos, em choque com o governo municipal, que, em vez de buscar esforços para limpar o bairro Sarandí, a entrada da cidade, o 4º Distrito, estava passando uma vassoura nas folhas caídas no Jardim Botânico e em Petrópolis, sem necessidade, sem necessidade alguma. Os lugares estavam limpos. A cidade continua um lixo, um lixo. É só andar pelo Centro Histórico de Porto Alegre para ver o lixo em todos os lados. Não precisa ir para a periferia; é ir no Centro mesmo. Quais são as verdadeiras ações do governo federal? Eu só vejo o prefeito Melo cobrar do Lula. Agora, os dois salários mínimos para todos os trabalhadores do Rio Grande do Sul, das empresas afetadas, foi uma busca que se fez junto ao governo federal, e eu participei dessas reuniões. Eu participei das reuniões, inclusive com o Ministério do Trabalho, com o *Ministério* da Microempresa e da *Empresa* de Pequeno Porte. O primeiro documento sobre o Pronampe do Rio Grande do Sul, que foi para o BNDES, foi escrito inclusive por pessoas que eu ajudei a articular. Aí vejo o presidente da Fecomércio com uma choradeira, uma coisa indigna de um cidadão vir chorar as pitangas para o governo federal, quando era o campeão no governo do *Marchezan*; tinha que privatizar tudo. No governo do Melo, entende, não precisava nada mais. É estado mínimo, estado mínimo, estado mínimo. Então, a Fecomércio, a FIERGS, a Farsul fazem esse jogo. Aqueles que antes defendiam o Estado mínimo agora

querem o keynesianismo a todo custo, o Estado provedor, o Estado que tem iniciativa. Sim, nós temos a política do Jango, desde a época do Jango, um governo desenvolvimentista, um governo que faz o que aprendemos com a saudosa Maria da Conceição Tavares, ou seja, nós estamos na linha do desenvolvimentismo de que a indústria caminhe para frente com apoio dos governos, que o comércio vá para frente com apoio do governo. Mas o que o governador Leite colocou de recursos efetivos? Nada, absolutamente nada. Quarta-feira, a ministra da cultura vai estar aqui. Depois eu vou dar o horário que ela vai estar no Mercado Público, onde serão anunciados muitos projetos de ajuda. Ou seja, aqui em Porto Alegre, o governo federal está fazendo o seu dever de casa, não adianta ficar choramingando, não adianta dizer que nós não queremos. A gente quer a reconstrução de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul. Muito obrigado, Ver. Mauro Pinheiro.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para discutir o PLCE nº 009/24.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Presidente, eu não posso escutar tanta bobagem dita pelo vereador do PT e ficar quieto, quer dizer, eu acho que ele vive em Nárnia, eu acho que ele não lê o que está acontecendo, o que o Presidente que fatidicamente ele ajudou a eleger está dizendo; quer dizer, é um absurdo a gente escutar isso e ficar quieto. Saiu na imprensa, hoje, que o governo Lula pagou apenas 15% do que prometeu. Nós tivemos cidades arrasadas no ano passado, onde nenhuma casa popular foi construída, tudo na conversa, tudo na enrolação. Os tais R\$ 5,1 mil é um parto para se conseguir. Lula foi ao Nordeste e disse que a culpa do Nordeste é do Sul, do próprio Adeli Sell, de todos nós que estamos ainda tentando nos recobrar dessa tragédia, e ele vai ao Nordeste e diz isso. Aí vem falar de estado mínimo, ninguém prega o estado mínimo, a gente quer de volta o que é nosso, o que o Estado nos toma e redistribui mal. Porque enquanto nós temos seis, sete assessores, a maioria das empresas não têm nem dois funcionários e está fechando. Vir falar de estado mínimo nesse contexto é absolutamente desconexo. O que se quer efetivamente é que o governo devolva o que é nosso, os nossos impostos tomados coercitivamente. Então, não se trata de estado mínimo, de estado máximo, de keynesianismo; se trata de que Brasília nos toma muito dinheiro, e repito, está na imprensa, o governo Lula pagou apenas 15% do que prometeu. Para variar, vai ficar na conversa, e ainda dissemina o ódio, dissemina o ódio lá no Nordeste contra os sulistas. Quer dizer, fala que destinou R\$ 91,7 bilhões, no entanto, somente 13 foram pagos. Então, não tem como a gente escutar tanta bobagem, tanta desinformação por parte do PT, aqui nesta Câmara, e não ao menos repor a verdade. Eu teria vergonha de defender um governo, primeiro, de um corrupto, triplamente condenado na justiça, aliviado aí por causa de um CEP do foro do julgamento, triplamente condenado, um bandido, como foi comprovado pela Lava Jato, depois novamente condecorado Presidente, sabe-se lá à base do quê. Então, vamos nos respeitar, gente! Eu tenho as minhas diferenças com o Sebastião Melo, agora dizer que a nossa Porto Alegre está um lixo! Sabe, só tem crítica, crítica,

crítica, e acha que o PT está fazendo grandes coisas. Vamos nos respeitar um pouquinho, gente. Vamos falar a verdade aqui. Eu apenas faço essa manifestação, Sr. Presidente, para repor a verdade e para colocar os pingos nos is, porque não pode um governo que vai ao Nordeste e prega o ódio contra o Sul, promete 91 e paga 13, nos toma quase 50% dos nossos impostos, e aí vem falar de keynesianismo, de Jango. Pelo amor de Deus, gente, em que mundo vive, em que época vive. Vão parar de ser negacionista, vamos olhar para a realidade. Obrigado, Sr. Presidente.

Vereador Jonas Reis (PT): O Ver. Tiago Albrecht está querendo desbancar o pessoal de Hollywood, virou o rei da ficção agora.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): V. Exa. se inscreva, Ver. Jonas. Quando eu falo a verdade contra o seu partido, o senhor fica falando bobagens.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra par discutir o PLCE n° 009/24.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (CIDADANIA): Eu me surpreendo com o Ver. Adeli Sell, ele não está raciocinando bem, está com algum problema, ele está se nivelando ao Ver. Jonas. Aí é brabo, Adeli, tu não eras assim, de uma hora para outra, tu degradingolaste, queres conquistar esse eleitorado radical, que ressurgiu. Pega aí um meio-termo, porque, senão, tu vais pegar o mesmo do Jonas, tem muita gente radical. E se tu tens, Adeli, alguma queixa, alguma denúncia, algum problema contra o Bremm, vai para a justiça, meu amigo. Eu te vejo falares toda hora aí na tribuna e tal; ou a gente critica só politicamente, mas dá a entender que tu sabes de alguma coisa. Vai para a justiça, vai lá, fala com o prefeito, até porque... E voltando ao dinheiro que vocês dizem que trazem para Porto Alegre, é muito pouco, Adeli, nossa cidade manda muito dinheiro para o governo federal. Vocês deram dinheiro para Cuba, para Nicarágua, para Venezuela, vocês deram para todo mundo, e deram a fundo perdido; vocês não deram um dinheiro para o Rio Grande do Sul, Adeli, Jonas, a fundo perdido. E olha o fiasco que vocês fizeram com o arroz. Deu muita coincidência o Pimenta com arroz. Deu muita coincidência. Então, naturalmente, Pimenta está aí, fazendo campanha para 2026, vem aqui, tipo ministro. Essa questão do arroz foi uma vergonha, o secretário lá estava envolvido, encaminhando esse grande negócio para o arroz, prejudicando o arroz gaúcho; nós somos o Estado que mais produz arroz no País. Então, naturalmente, vocês estão atravessados, estão fazendo campanha clara, quando, na realidade, poderiam socorrer melhor o povo gaúcho nessas regiões que tiveram casos concretos. Vocês deram alguma casa por R\$ 200 mil? Saiu algum dinheiro, R\$ 200 mil? Construíram alguma casa em Porto Alegre para esse pessoal pobre? Então, é muito papo, vocês são muito dessa corrente da publicidade. Vocês se lembram do Minha Casa, Minha Vida, que vocês estão fazendo? Quando vai ver lá, não tem escola, não tem linha de ônibus, colocam à moda louco. Quero alertar, e vou dizer pela primeira vez depois dessa, junto com vocês, principalmente contigo, Ver. Adeli, nós

somos vereadores há muito tempo, nos respeitamos, te respeito muito, mas tu estás atravessando, estás indo no papo dos radicais. O Orçamento Participativo que vocês criaram, a ideia é boa, mas vocês se lembram que a maioria das invasões que hoje querem casa, ou estão aí sem ter a regularidade, foram vocês que criaram no Orçamento Participativo, vocês induziam as pessoas a invadir as áreas, para vocês depois legalizarem as casas. Vocês não legalizaram até hoje; o OP foi um embuste, ou seja, vocês induziram as pessoas a invadirem as áreas que têm aí em Porto Alegre, várias áreas invadidas, inclusive no Humaitá, no Sarandi e outras regiões, que vocês não legalizaram nunca. E esse dinheiro vinha através do dinheiro da 3ª Perimetral, dinheiro do BID, que vocês pegavam – o dólar estava alto, sobrava dinheiro, vocês encaminhavam para o OP –; mas na realidade, não fizeram nada. O OP, a ideia é boa, mas vamos ser sinceros, a maior das invasões em Porto Alegre foi feita através do OP, que até hoje essas pessoas são induzidas, não acontecem as obras delas. Se fores numa reunião do OP vais ver que tu chegas para votar, tem 300, 400 pessoas, mas na hora de aprovar uma reivindicação da comunidade, não tem 50 pessoas, tudo politicagem, tudo ideologia barata. Então, vamos parar com isso, manda dinheiro para o Rio Grande, manda dinheiro a perder de vista, a fundo perdido, como vocês deram para vários países, que não devolveram mais o dinheiro, tudo porque eram de esquerda, esquerda radical. Então, Adeli, para concluir, se tens algum problema quanto ao Germano, vais para a Justiça, divulga. O Melo não ia mandar tu e o Jonas tratarem com os empresários; aí seria um caos, não é? O empresário não é bandido, empresário é o que gera emprego, gera renda, e tem empresário de vocês também. Vocês têm que reconhecer que também pedem dinheiro do governo federal. Está, Presidente; então, deixa eu esclarecer ao Jonas e ao Adeli que eles estão muito parecidos, estão se atrapalhando, um eleitorado é parecido com o outro pelo discurso, senão vocês vão brigar por aí. Um abraço.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Pergunto se mais algum vereador se inscreve para discutir? (Pausa.) Nós podemos encerrar a discussão, Diretor?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Podemos. Mas, só pela ordem, Presidente, para ajustarmos, passaríamos agora à Pauta, e encerraríamos...

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Encerraríamos a Ordem do Dia...

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Encerramos a Ordem do Dia, passamos à Pauta, aí encerramos a sessão, após a Pauta. Aí nós temos que abrir duas sessões extras, a 9ª e a 10ª somente para correr a Pauta.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Pode ser, vereadores?

Vereador Adeli Sell (PT): Qual é o artigo, o que está na Pauta?

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O projeto das emendas impositivas, estou aqui com ele, inclusive, para ajustar as emendas impositivas para que as emendas possam ser pagas. Então precisa reorganizar as emendas, é o projeto...

Vereador Aldacir Oliboni (PT): É readequação das emendas ou é para pagar o que o prefeito tinha cancelado?

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): As emendas vão ser pagas, aqui são alguns ajustes que precisam ser feitos em várias emendas.

Vereador Jonas Reis (PT): O microfone do Mauro está desligado, não entendi nada do que ele falou.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O meu está ligado.

Vereador Jonas Reis (PT): O microfone do Mauro Pinheiro, que é o Presidente, está desligado, não estou ouvindo nada.

Vereador João Bosco Vaz (PDT): Não está desligado, não.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Aqui está normal, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Nós temos várias emendas aqui que precisam desse projeto para o governo poder pagar. Então é importante a gente fazer o quanto antes.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Mauro, então ele liberou os 100% de todas emendas?

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Inclusive amanhã eu vou fazer uma reunião lá com o secretário Schirmer para ajustar, aí, na quarta-feira eu passo as informações para todos os vereadores.

Vereador João Bosco Vaz (PDT): Só para lembrar que quarta-feira temos que fazer um minuto de silêncio para o Luiz Braz, que não fizemos hoje.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): É verdade.

Vereador Cassiá Carpes (CIDADANIA): Temos tempo, ainda podemos fazer.

Vereador João Bosco Vaz (PDT): Vamos fazer ao vivo, no plenário.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Está encerrada a discussão. Vamos encerrar agora a Ordem do Dia e abrir o período de Pauta. É isso, Dr. Luiz Afonso? Depois mais duas sessões extraordinárias, é isso?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Exato.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): (15h41min) Está encerrada a discussão e também, conforme acordo com os vereadores, está encerrada a Ordem do Dia. Passamos à

PAUTA – DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0346/24 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 022/24, de autoria da Ver^a Mônica Leal, que altera os arts. 5º e 72-A, o *caput* do art. 23 e o inc. II do art. 78, inclui incs. V e VI no art. 23 e revoga os incs. I, II, III e IV do art. 23 e os arts. 24, 25 e 26, todos da Lei Complementar nº 694, de 21 de maio de 2012 – que consolida a legislação sobre criação, comércio, exibição, circulação e políticas de proteção de animais no Município de Porto Alegre e revoga a legislação sobre o tema –, vedando a comercialização de animais em *pet shops* e estabelecimentos comerciais. **(SEI 038.00053/2024-89)**

PROC. Nº 0561/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 287/22, de autoria da Ver^a Atena Beauvoir Roveda, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Leonel Caldela. **(SEI 037.00388/2022-36)**

PROC. Nº 0196/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 095/24, de autoria da Ver^a Comandante Nádia, que institui a Política Municipal de Prioridade e Garantia de Acesso ao Tratamento em Saúde para pessoas com elevado grau de sofrimento psíquico e transtorno mental, com dependência química, com doenças infectocontagiosas graves ou outras enfermidades que ocasionam condições frágeis ou ausência de autocuidado e autodeterminação, no âmbito do Município de Porto Alegre. **(SEI 025.00016/2024-83)**

PROC. Nº 0220/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 109/24, de autoria do Ver. José Freitas, que institui o Programa de Regras para o Comércio de Peças e Telefones Celulares Usados (Pmobile) em Porto Alegre. **(SEI 034.00128/2024-25)**

Observação: com Emenda nº 01, do Ver. José Freitas.

PROC. Nº 0230/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 116/24, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que denomina Praça Reide Leticia Menta o logradouro público não cadastrado conhecido como Praça Gralha Azul, localizado no Bairro Jardim Carvalho. (SEI 037.00100/2024-95)

PROC. Nº 0404/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 198/24, de autoria do Ver. Jonas Reis, que altera o inc. II do *caput* do art. 3º da Lei nº 10.531, de 10 de setembro de 2008 – que institui, no Município de Porto Alegre, o Programa de Redução Gradativa do Número de Veículos de Tração Animal e de Veículos de Tração Humana e dá outras providências –, ampliando o prazo para a proibição, em definitivo, da circulação no trânsito do Município de Porto Alegre até o dia 31 de dezembro de 2025, no caso de VTHs, prorrogável por mais 6 (seis) meses. (SEI 210.00268/2024-89)

PROC. Nº 0440/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 219/24, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que denomina Roberto Claudio Floriani o logradouro público não cadastrado conhecido como Largo Novecentos e Noventa, localizado no Bairro Santa Tereza. (SEI 138.00059/2024-37)

PROC. Nº 0456/24 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 021/24, que altera a Lei nº 13.775, de 21 de dezembro de 2023, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Porto Alegre para o exercício econômico-financeiro de 2024. (SEI 118.00526/2024-49)

PROC. Nº 0568/22 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 038/22, de autoria da Ver^a Atena Beauvoir Roveda, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao senhor Daniel Guedes Couto. (SEI 037.00391/2022-50)

PROC. Nº 0570/22 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 040/22, de autoria da Ver^a Atena Beauvoir Roveda, que concede o Diploma Honra ao Mérito a Editora Jambô. (SEI 285.00010/2022-56)

PROC. Nº 0327/24 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 038/24, de autoria do Ver. Claudio Janta, que concede a Comenda Porto do Sol à senhora Isis Raquel de Vargas Martins. (SEI 024.00120/2024-79)

PROC. Nº 0441/24 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 044/24, de autoria da Ver^a Biga Pereira, que concede a Comenda Porto do Sol a Luísa Gerloff Sonza. (SEI 299.00130/2024-10)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 15h41min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *